



Os caminhos da educação popular na FASE

Fausto Oliveira* e Gloria Regina Amaral **

* Jornalista e Assistente de Comunicação da FASE

** Mestra em Literatura Brasileira e Assistente de Comunicação da FASE

Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – FASE. Educação é uma noção que está na própria identidade desta instituição que completa 46 anos em 2007. A FASE se instituiu com oito departamentos – jurídico, engenharia, agronomia, saúde, assistência social, cooperativismo, transportes e sociologia. Cada um tinha técnicos profissionais que desenvolviam projetos como escolas agrícolas no Amazonas, Maranhão e Bahia; cursos de higiene e prevenção da desidratação para professores em Recife; uma campanha de “adoção” de alunos chamada Mais Uma Criança na Escola.

Em síntese, a proposta dos primeiros anos da FASE é a assessoria técnica nos campos de atuação de seus departamentos. Ocorre que, quando os técnicos adentravam as comunidades para realizar a assessoria assistencial, também levavam uma perspectiva educacional comunitária. Já então se fazia um trabalho de percepção de problemas comunitários, com a proposta de encontrar soluções coletivas no interior das comunidades. Nesta época, o trabalho era guiado por uma teoria, então considerada válida, segundo a qual a sociedade seria divisível em 14 sistemas, a saber: parentesco, sanitário, manutenção, lealdade, cooperativismo, lazer, viário, pedagógico, religioso, jurídico, segurança, propriedade, comunicação e administração. Nesta perspectiva, foi criado o Movimento de Criatividade Comunitária (MCC), pelo qual a FASE, até o ano de 1970, já havia capacitado 2.750 pessoas como animadores comunitários em 60 comunidades espalhadas pelo Brasil.

De 1961 para cá, nós tivemos diferentes experiências neste campo. Tão diferentes quanto o foram, também, os momentos e processos pelos quais passamos. A ebulição social verificada no início da década de 60, logo seguida pela dura reação de 1964 e a conseqüente disputa entre sociedade e governo militar pelo direito de agir politicamente, marcaram a ação dos primeiros anos da

FASE. O contexto deixava poucas opções para ações político-educativas. A própria fundação da FASE, representou uma tentativa de alargar condições pré-determinadas que estavam mais ligadas ao assistencialismo do que a práticas emancipatórias.

Mas o acirramento das condições políticas brasileiras, com o endurecimento da repressão a quaisquer movimentos cidadãos (todos considerados indistintamente como “subversivos”), levou a FASE a olhar mais de perto a situação sindical. A opção se explica pelo que é evidente: sindicatos são a forma clássica de organização dos trabalhadores. Num contexto como aquele, se eles não estivessem sob controle de trabalhadores comprometidos com um processo de mudança, poderia haver prejuízos sociais ainda maiores. É quando os processos de educação da FASE são dirigidos para a formação de oposições sindicais. Havia um sem número de sindicatos que se enquadravam na noção do “sindicato pelego”. Ou seja, sindicatos não combativos que abriam mão de seu papel de representação de classe, provavelmente aproveitando-se do artifício econômico de alto crescimento montado pelo governo militar e sua máquina de propaganda.

“A serviços e atividades pontuais prestados em grandes regiões sucedia-se um trabalho mais localizado de fomento e acompanhamento de projetos e cursos. Mesmo que houvesse atividades ligadas à melhoria de vida nos bairros populares e favelas, o beneficiário era visto como trabalhador operário da grande indústria ou da construção civil; no campo era o pequeno produtor rural. E a

¹ Informações pesquisadas no documento “Subsídios para uma reconstrução histórica da Fase: a primeira década 1961 – 1970”, fruto de pesquisa desenvolvida por Carlos Minayo e Víctor Valla, em 1982.

todos se propunha atividades ligadas à produção: projetos de produção agrícola, cursos de formação profissional e trabalhista/sindical. Dos quatorze sistemas, passava-se a uma visão de classes sociais.”²

A FASE passa a se dedicar à formação de lideranças sindicais, tanto nas áreas urbanas industriais como na área rural camponesa. Datam desta época processos de análise de conjuntura, em que se reuniam grupos de trabalhadores para estudar e compreender o momento político, as forças e as dinâmicas envolvidas. Nas estreitas condições existentes na década de 70, a FASE conseguia produzir materiais de formação sindical de base, como cartilhas e, mais tarde, vídeos. Estes materiais eram trabalhados longamente com os grupos populares de trabalhadores com os quais a FASE tentava contribuir para o renascimento do movimento sindical.

Quando, no final da década, a luta pela democratização do país já era uma realidade, o sindicalismo foi um dos primeiros modos de organização social a reflorescer. Evidentemente, muitas outras organizações haviam contribuído para não deixar morrer a possibilidade de união dos trabalhadores para conquistas de direitos. A FASE foi apenas mais uma dentre todas elas. E, como todas, teve seu papel. A rearticulação do sindicalismo brasileiro, na realidade, é um processo cujo início não está nas greves do ABC, que sem dúvida foram um momento de consolidação e afirmação definitiva. A rearticulação vinha ocorrendo desde antes, silenciosamente e por um processo de educação popular.

Talvez seja certa, também, a crítica de que este processo de formação para oposição sindical não se constitua plenamente como uma trajetória de educação popular, uma vez que ela teve limites pré-definidos para a construção coletiva. É verdade que os processos de formação eram demarcados pelo que pensavam e praticavam as tendências organizadas que, no subterrâneo da sociedade, militavam por seus programas. Porém, também não se permitia que as tendências organizadas usassem os processos de formação sindical para cooptação. O problema é que, naqueles anos, as possibilidades de construção coletiva eram de fato muito limitadas; o revés provocado pelo autoritarismo na cultura política era um grave fator de limitação.

Com a redemocratização, a FASE, como todas as organizações, sindicatos, movimentos, partidos, entra em um novo período histórico. Aí sim, tornam-se possíveis as práticas de construção coletiva e diálogo que caracterizam a educação popular na plenitude de seu sentido.

“Progressivamente o fortalecimento do movimento sindical operário levou a FASE a um

desengajamento do trabalho de organização e formação sindical. Em compensação, abriram-se programas junto aos trabalhadores nos complexos sucro-alcooleiros, em Alagoas e Pernambuco e no interior de São Paulo. Além do trabalho organizativo e dos projetos de produção agrícolas tradicionais, acompanhando a redemocratização, a FASE, junto com os grupos que acompanhava, partiu para a discussão e o enfrentamento das políticas públicas, urbanas, trabalhistas e rurais. Para além da questão agrária, começou a se preocupar com as políticas agrícolas. Esse enfrentamento das políticas públicas a levou, de um lado, a um trabalho com instâncias intermediárias das organizações populares e sindicais e, de outro, a iniciar um trabalho em fóruns e redes com outras entidades”.³

Como se sabe, uma multiplicidade de novos atores sociais organizados explode na década de 1980, em resposta ao represamento político feito pela ditadura. A partir daí, novas redes, fóruns, associações, articulações, movimentos, e também novas causas, novos reconhecimentos, novos direitos e novos modos de agir. Com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, outros espaços se configuram e um grande número de conferências para discutir direitos ou políticas sociais em níveis municipal, estadual e nacional (e até internacional, como a ECO 92, no Rio de Janeiro) abrem mais possibilidades e canais de participação para a população. Conselhos de direitos se constituem, fóruns populares se formam e a população se organiza para discutir políticas sociais, aplicação de recursos no orçamento público de algumas cidades, e até o acompanhamento da gestão governamental em relação a essas políticas. A FASE, agora, além de assessoria, cumpre também um papel político, como delegada ou organizadora de muitas dessas conferências ou ainda como membro de conselhos, fóruns e redes tanto nos municípios e estados onde atua, como em nível nacional também. E como o próprio Freire nos ensina que “é tão impossível negar a natureza política do processo educativo quanto negar o caráter educativo do ato político”⁴, a FASE acredita que seu assento nos Fóruns e Conselhos e sua participação nas mais diversas

² LEISING, Pe. Edmund e LEROY, Jean Pierre. **FASE: desde 1961, uma forma avançada de servir e educar.** In: Suplemento da Revista Proposta. V. 28, n. 81, Jun/ago 1999. p.35

³ Idem. p.38

⁴ FREIRE, Paulo. O partido como educador-educando. Publicado nesta revista.

conferências de direitos e de políticas representam mais um dos aspectos de seu trabalho educativo. Entendemos que hoje o trabalho da FASE expressa a educação popular das mais variadas formas. Apresentamos, então, neste artigo, algumas das experiências educativas em curso nos diversos programas e projetos da instituição:



Bahia

O **Projeto Semear** é uma das experiências mais bem-sucedidas em termos de educação popular em curso na FASE Bahia. Iniciado há quase 10 anos, em parceria com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e com o Movimento dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar, hoje representado pela FETRAF/BA, como uma proposta de melhoria da qualidade de vida de agricultores e agricultoras, o projeto desenvolve atualmente ações formativas e de qualificação sócio-profissional. Visa o aumento da escolaridade e da qualificação para uma participação mais eficaz na definição das políticas públicas e no aumento das possibilidades de geração de emprego e renda para esses trabalhadores e trabalhadoras e suas associações.

Desde 2002, o Projeto Semear (FASE, CUT Brasil e FETRAF) implementou, em parceria com a Prefeitura de Alagoinhas, na Bahia, o Curso *Gestão e Desenvolvimento Sustentável e Solidário* com Elevação da Escolaridade ao Nível Fundamental, para os dirigentes da Agricultura Familiar na Bahia. Segundo Ariedalva Lopes de Brito, a Dae, educadora da FETRAF no Projeto Semear, a intenção, ao iniciar este curso, era desenvolver uma metodologia de educação do campo a partir da construção coletiva do conhecimento. “Queríamos uma metodologia que respeitasse o saber dos agricultores e agricultoras e que pudesse se tornar uma política pública”, afirma Dae.

E graças ao trabalho desses educadores e educadoras juntamente com os educandos e educandas, o objetivo está sendo alcançado, pois essa experiência piloto permitiu, com o apoio do Projeto Especial de Qualificação (PROESQ) da Secretaria de Políticas Públicas e Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego, sistematizar e ampliar

a proposta, dando início à execução do projeto *Desenvolvimento de Validação de Metodologias de Educação de Jovens e Adultos Rurais*, em mais quatro estados nordestinos: Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

O Semear é um espaço formativo no qual a preocupação com a realidade sócio-cultural, econômica e política do campo ajuda a definir a metodologia e as estratégias utilizadas. Espaço de formação sim, mas também de “articulação e intervenção de educação do campo que se traduz num esforço de criação e implementação de possibilidades curriculares para superar os problemas que acompanham a educação básica e profissional de jovens e adultos do campo”⁵. Em busca de solução para esses problemas, o Projeto trabalha o diálogo entre os diversos saberes, levando em conta os processos de aprendizagem e ensino individuais, a leitura, interpretação e assimilação de fatos e acontecimentos. Um dos principais objetivos do Projeto é contribuir para o desenvolvimento sustentável e solidário no Nordeste, a partir do fortalecimento e valorização do trabalho do campo, da educação e cultura rural e da Agricultura Familiar.

O curso utiliza técnicas de pesquisa e experimentos que interagem com as ações pedagógicas na sala de aula e na comunidade. Trabalha com diversas atividades formativas e o saber é construído num “movimento dialético onde os saberes científicos afirmam, transformam e/ou ampliam os saberes populares que ao mesmo tempo (re)significam o primeiro”⁶. Os educandos validam seus estudos participando da própria construção de seus conhecimentos. Passo a passo ou módulo a módulo, eles vão, junto com os educadores, construindo seus currículos, escolhendo os temas geradores com os quais querem trabalhar, aprendendo e ensinando a enxergar o mundo para além da educação formal. A organização curricular se fundamenta na pedagogia de Paulo Freire e nas teses de Henry Giroux e Michel Apple⁷ e propõe um plano vivo, aberto, de caráter libertário e afirmativo que se insere em todos os aspectos da vida do educando e respeita o ciclo de produção e as culturas do campo.

O Projeto Semear pode tornar-se referência para a Educação do Campo pois, além de envolver setores governamentais e não governamentais na luta pelo

⁵ PROJETO SEMEAR. Educação e profissionalização dos agricultores familiares, visando o desenvolvimento sustentável. FASE (Caderno Curricular, 3) p.4.

⁶ Idem. Ibidem, p.14.

⁷ Argumentadores críticos do currículo tradicional e propositores de um currículo de cunho crítico, histórico-cultural e humanista.

desenvolvimento sustentável no campo, faz um trabalho de avaliação e sistematização participativa e permanente da experiência. Já publicou três cadernos curriculares e dois CDs explicativos e trabalha atualmente com a perspectiva e o desafio de desenvolver experiências de elevação da escolaridade no campo para o Ensino Médio com formação técnica, de formação de professores e de educação infantil em assentamentos rurais.



Espírito Santo

A cada mês, os princípios da educação popular são postos em prática no norte do Espírito Santo pela equipe da Fase naquele estado. Trata-se da **Escola Popular Quilombola de Educação Política e Ambiental**, projeto que reúne dezenas de remanescentes de quilombos do norte do estado para um fim de semana de troca de saberes e experiências. A cada edição da “escolinha quilombola”, para lembrar o apelido carinhoso dado à iniciativa, uma das 15 comunidades recebe participantes vindos de todas as demais. O que acontece, então, é um mergulho coletivo na cultura tradicional e no mundo. Os temas trazidos pela equipe da Fase são variados e quase sempre muito contemporâneos. O olhar trazido pelos quilombolas do Sapê do Norte revela a ancestralidade, a cultura tradicional, a relação com a terra. O encontro destas diferenças promove uma rica experiência que tem trazido resultados consideráveis.

É preciso lembrar que os quilombolas do norte capixaba vivem pressionados pela monocultura de eucalipto da corporação transnacional Aracruz Celulose. São milhões de hectares plantados com eucalipto confinando as comunidades em áreas estreitas. Além disso, tamanha intervenção sobre a terra acaba por contaminar o solo e reduzir o estoque de água subterrânea, além de poluir os rios. Portanto, vivem em um conflito territorial de grande monta. O intercâmbio promovido mês a mês pelo trabalho da Fase tem contribuído para incrementar sua capacidade de resistir e lutar por mudanças em sua condição de vida.

Antes de a escola iniciar a rotina mensal de encontros, as comunidades quilombolas quase não se conheciam. O

isolamento se traduzia em perdas culturais. Como organizar, por exemplo, o folguedo Ticumbi sem um número razoável de quilombolas? O mesmo vale para a culinária tradicional e sua necessária relação com o conhecimento construído desde seus antepassados sobre agricultura e a terra daquele lugar. O reconhecimento de que todos estes fatores estão interligados na formação da identidade daqueles grupos, e a afirmação desta identidade, são elementos chave da iniciativa.

O tema específico escolhido para cada edição da escola não é o mais importante, e sim a troca que acontece quando todos se encontram. A escola estimula as criações dos quilombolas. Um exemplo é que a alimentação é proporcionada inteiramente por eles, segundo sua culinária tradicional, da qual o biju, cusuz e a tapioca são obrigatórios. Os mutirões de plantio também devem ser mencionados. Como resposta à homogeneidade ambiental do eucalipto, todo mês os quilombolas plantam sementes crioulas ou espécies de vegetação de Mata Atlântica.

A experiência ocorrida nos dias de escola não são o único resultado. Segundo Daniela Meirelles, da FASE Espírito Santo, aumentou a capacidade argumentativa dos quilombolas para discutir o problema territorial vivido no dia a dia. Ela conta que, recentemente, a Aracruz Celulose abriu inscrições para um curso profissionalizante. Alguns quilombolas pediram para se inscrever. Porém, ao preencher a ficha, foram proibidos pela empresa de se identificar como quilombolas. Eles, então, disseram que o curso não os interessava mais. Também já se nota a organização de grupos de mulheres e jovens quilombolas, como consequência do intercâmbio entre as comunidades que antes eram isoladas. Mas não se deixa de notar o aprendizado gerado nos educadores da FASE na sua relação com os quilombolas. De acordo com Daniela, é inegável o quanto se aprende convivendo com pessoas de uma cultura tão relacionada com a terra, e identificada a partir dela. Quando se percebe que é esta identidade que está em jogo no conflito territorial vivido, há que se reconhecer que a força é muito grande.



Mato Grosso

Um dos exemplos de prática educativa adotados pela

FASE no Mato Grosso diz respeito à proposição de um modelo alternativo de agricultura. Trata-se de um curso de formação em agroecologia do projeto **Agroecologia Pé no Chão**. Nesse processo de mútuo aprendizado, a experiência da FASE na crítica do modelo agro-empresarial se junta à relação histórica das famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) numa troca de saberes tradicionais. O ressurgimento deste conhecimento ancestral é a base para que movimentos sociais, ONGs e demais entidades, como o Grupo de Intercâmbio em Agricultura Sustentável, que também participa do curso, possam propor de forma consistente uma alternativa ao agronegócio em um estado onde ele se faz sentir mais intensamente.

Os efeitos lesivos do agronegócio são já bem conhecidos quando se pensa em termos de área desmatada, em processos de violência contra opositores dos fazendeiros, ou em pressão territorial sobre populações tradicionais, como é o caso dos indígenas que resistem no caminho da expansão desenfreada das monoculturas latifundiárias. Menos falado, embora muito presente, é o fortíssimo impacto da hegemonia do agronegócio sobre o modo de vida de pequenos agricultores, que têm na relação com a terra uma expressão cultural tão viva que transcende a produção de alimentos. Quando se percebe que diminui o espaço – físico, territorial e comercial – da agricultura diversificada, pode-se verificar também a diminuição da presença cultural dos grupos humanos que construíram seu modo de vida sobre um paradigma diferente do hegemônico. O conflito entre eles e o paradigma hegemônico, que determina a produtividade e o lucro como critérios únicos, se dá porque os grupos se recusam a deixar o território, e por isso sofrem constantemente a pressão do modelo agro-empresarial. Vivem, na prática, um conflito de classe no meio rural que, em última análise, exprime o embate sobre os modelos de desenvolvimento hoje colocados em movimento no Brasil.

Daí, entende-se a importância de uma prática educativa que não deixa morrer conhecimentos tradicionais de uso e cultivo do solo para produção de alimentos sob outro paradigma, aquele que coloca a vida acima do lucro e a soberania alimentar do ser humano na frente. A agroecologia se posiciona hoje, num dos estados onde o agronegócio é mais hegemônico, como uma resistência política e cultural. Por isso, é estratégico investir em práticas educativas que disseminem o modelo de produção agroecológica (sem falar na pressão ambiental que é retirada quando se volta ao uso sustentável da terra em lugar dos altos impactos da produção intensiva). No caso do projeto Agroecologia Pé no Chão, o curso é capacitador de agricultores para assumir politicamente o paradigma agroecológico.

Porém, esta opção política profunda precisa estar

embasada num conhecimento técnico sobre a agroecologia que se constrói na troca entre os participantes. As famílias de sem terra trazem para as aulas os problemas e potenciais que experimentam em seus assentamentos ou acampamentos. A partir daí, os participantes discutem coletivamente aquilo que é apresentado e apontam recomendações práticas, visando entusiasmar e estruturar melhor a ação do grupo que traz sua experiência. Como as aulas são separadas por algumas semanas, as famílias levam para suas realidades cotidianas as trocas de saberes promovidas no curso, e na aula seguinte apresentam os resultados obtidos. Bons ou ruins, o fato é que estes resultados completam o processo coletivo de aprendizagem.

Ao longo do curso, vai se formando um retrato da produção agroecológica, seus acertos e erros, suas fortalezas e fragilidades, em parte do Mato Grosso. Coletivamente, eles compõem um quadro realista sobre os sistemas produtivos agroecológicos que estão em andamento nas áreas dos sem terra. Assim, vê-se, por exemplo, quais práticas agrícolas podem representar soluções imediatas, ou quais devem ser adotadas como solução de longo prazo, ou ainda o que deve se fazer para prevenir certos problemas na produção. Na realidade vivida por quem se coloca em oposição a um modelo hegemônico, concentrador e violento (que conta inclusive com apoio de setores do governo), a prática educativa coletiva representa algo inestimável: a perspectiva de sustentabilidade que pode significar a continuação da vida, em lugar da transformação de tudo em mercadoria.



Pernambuco

A Zona da Mata pernambucana é uma região afetada pelo conflito gerado pela monocultura da cana-de-açúcar, em que as problemáticas do uso da água e da ocupação do solo e do meio ambiente mobilizam há algum tempo o trabalho da Fase Pernambuco e de outras ONGs parceiras. Procurando atuar como uma organização de apoio e fortalecimento dos atores sociais locais, com vistas à construção de um projeto de desenvolvimento sustentável, de controle e

democratização da gestão das políticas públicas e oferecer condições para melhoria de relações de trabalho e da renda da população, a Fase Pernambuco vem acompanhando e incentivando o trabalho de comunidades e grupos da região, somando esforços com outros parceiros no âmbito, por exemplo, da *Articulação de Entidades da Zona da Mata*, que se constitui como fórum de entidades da sociedade civil que se articulam para mobilizar, difundir informações, promover debates e monitorar as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável da região.

Trabalhando nessa realidade em que as mulheres conformam pouco mais da metade da população, na qual 78,5% delas não recebem nenhum rendimento pelo seu trabalho (e quando recebem, ele é visto como complementar à renda familiar) e onde, de cada três domicílios com chefes de família sozinhos, solteiros ou separados, dois são chefiados por mulheres, a Fase decidiu, em 2006, começar um processo específico de fortalecimento da articulação e do trabalho em grupo para mulheres de duas comunidades do município de Palmares. Criou-se então o **Programa de Formação de Grupos de Mulheres dos Engenho União e Riachuelo**, um espaço educativo, que se pretende um ambiente de expressão individual e coletiva, de troca de saberes e experiências, de afirmação de identidades e construção das bases para um projeto coletivo.

Antes desse projeto, as mulheres participavam de ações diversas, mas não atuavam a partir de uma identidade coletiva de gênero. Elas estavam envolvidas ora nas atividades de pequenos projetos agrícolas, ora em programas que visavam informar sobre questões de gênero e saúde reprodutiva, ou ainda em projetos emergenciais. Apesar dessa participação, não estavam organizadas como grupo e não havia nenhum trabalho de formação política específico para elas. Mas se percebia que as mulheres eram as principais protagonistas das mudanças de valores e comportamentos na família e na comunidade. “Eram elas as primeiras a se preocupar com a proteção à saúde e com a prevenção das DST e AIDS, por exemplo. Elas procuravam informação e também proteção através do uso da camisinha”, afirma Marli Gondim de Araújo, técnica da Fase Pernambuco.

Percebendo a importância desse protagonismo, a Fase reuniu mulheres das duas comunidades e buscou construir, através de oficinas (seis em 2006 e três, até agora, em 2007), compreensões nas áreas de cidadania, gênero e raça, organização e gestão como referência para o exercício de cidadania e para o fortalecimento de projetos produtivos no cotidiano das comunidades e nas relações de gênero.

O conteúdo das oficinas, ou mesmo o simples contato entre as mulheres das comunidades, estimula sua

participação nos espaços de articulação e já vem contribuindo para seu fortalecimento político e econômico. E isso tem sido possível graças ao constante diálogo entre as questões de gênero e da agroecologia que o projeto tem estabelecido. Há uma preocupação com a desnaturalização do papel da mulher na prática agroecológica. Algumas mulheres, por exemplo, fazem a comercialização da sua produção, mas no trato das atividades relativas ao sistema de produção ainda se ocupam das hortas, das galinhas e do beneficiamento, atividades do entorno próximo e do espaço privado.

Em 2007, o grupo agregou 5 mulheres do Grupo de Mulheres Vitória, grupo acompanhado pelo Centro das Mulheres do Cabo, e que fica em Serro Azul, Palmares, a dois quilômetros das outras comunidades, o que tem sido muito importante para o grupo, já que as “visitantes” há 3 anos já participam de experiência similar em seu grupo de origem, possibilitando uma troca de experiência e também uma integração maior dessas mulheres de comunidades vizinhas.

Os efeitos desse trabalho de construção coletiva já aparecem no próprio empoderamento do papel das mulheres diante das famílias e da comunidade: nota-se o fortalecimento do lugar de mulher, de produtora, agricultora e administradora. “Elas têm participado nas atividades de horticultura e piscicultura e um dos resultados mais significativos, diz Marli, é a participação organizada na feira agroecológica⁸, mas também o fato de que o dinheiro conseguido pelo seu trabalho é administrado por elas e não mais pelos maridos.”



Rio de Janeiro

O **Curso de Capacitação em Políticas Públicas** é uma experiência que há quase 10 anos vêm contribuindo na

⁸ A feira agroecológica é uma parceria de várias instituições (Centro das Mulheres do Cabo, Centro Sabiá, FASE, Cáritas NE II, Comissão Pastoral da Terra, Ação Social Paróquia de Palmares, CEAS Rural, Pastoral da Criança) e conta com algum apoio da Prefeitura dos Palmares quanto à infraestrutura do local, começou em março de 2005. A partir da preparação para o 2º Encontro Nacional de Agroecologia, no Encontro regional da Mata Sul, foi criada a Comissão Agroecológica da Mata Sul, formada em sua maior parte, por mulheres agricultoras.

formação de agentes sociais nos temas das políticas públicas e gestão local. Ele começa, em 1999, a partir de uma avaliação da necessidade de instrumentalizar conselheiros e conselheiras municipais para uma intervenção mais qualificada nos conselhos de gestão de políticas públicas setoriais, seguindo uma lógica de promoção da integração dessas políticas. Com um capital já acumulado em desenvolvimento de metodologias de formação e capacitação, como a realização de oficinas, cursos, seminários e outros processos de formação política, e apostando numa intervenção social que tivesse alguma continuidade e impacto no território, a Fase Rio começou a desenvolver, numa parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, esse curso que acabou se multiplicando e inspirando outros processos de formação.

Instrumento do Programa Nacional Direito à Cidade da FASE, o curso acontece hoje em quatro capitais (Rio de Janeiro, Recife, Belém do Pará e Belo Horizonte) numa parceria com a Rede Observatório das Metrôpoles⁹, com uma metodologia de educação sociopolítica que trabalha na perspectiva da democracia participativa. Por isso, hoje, além de conselheiros e conselheiras e lideranças comunitárias, atende também gestores municipais de prefeituras. O foco do curso não é o gestor, mas as lideranças que já atuam ou que pretendem atuar nos conselhos ou que estão em lutas nos seus municípios, na sua região, e necessitam de mais informação para qualificar sua ação. Mas, segundo Regina Ferreira, assessora da FASE no Programa Direito à Cidade, o gestor não deixa de ser importante, “eles também acabam se tornando aliados nas lutas em que as lideranças locais participam nos seus municípios”, diz ela.

Somente em Belo Horizonte o curso é oferecido pela ONG Ação Urbana em parceria com a universidade, nas outras três cidades, o curso é dado pelas equipes regionais da Fase e as universidades parceiras, articuladas na Rede Observatório das Metrôpoles. Além de permitir uma discussão mais qualificada dentro dos movimentos, com a colaboração das pesquisas e dos pesquisadores da universidade, esse curso também traz a realidade pra dentro da universidade: “muitas pesquisas se originam desses cursos de formação, no contato com essas lideranças que estão nas regiões metropolitanas onde a gente atua”, diz a assessora. E ainda ajuda na auto-estima das lideranças que saem do curso com um certificado de extensão dado pela universidade parceira.

O Curso trabalha desde noções gerais de história e políticas públicas até uma discussão sobre instrumentos de exigibilidade de determinadas políticas e possibilita a discussão sobre políticas setoriais na área de direito à cidade. Para a técnica em educação não formal do Programa Rio de Janeiro da FASE, Tatiana Dahmer, “o

interessante é que o curso sempre trouxe a possibilidade de trabalhar as intervenções setoriais num único lugar”. Mesmo que a pessoa seja conselheira, ou faça parte de uma organização com acúmulo em determinada área, ela participa de todo o curso e dos mais diversos debates: plano diretor, saneamento ambiental, recorte de gênero, de etnia nas políticas públicas, educação, saúde etc. “O programa leva a pessoa a ter uma visão sobre gestão de políticas públicas de forma mais integrada”, conclui.

Tatiana aponta para o potencial paradigmático do curso, segundo ela, “ele gera filhotes de investimento em formação de lideranças de movimentos sociais” e acaba ampliando os espaços participativos para o movimento social. Uma das conseqüências dessa experiência foi, por exemplo, a criação, a quatro anos, do Fórum de Conselheiros na Baixada Fluminense. A partir das federações de associações de moradores se articulou um fórum da sociedade civil que não se sobrepõe aos já existentes, mas que tenta construir agendas comuns para intervenção nos conselhos, no sentido de assegurar a exigibilidade de direitos.

Essa experiência participativa proposta pelo curso e levada a cabo por lideranças e conselheiros também gerou outros momentos de mobilização e participação importantes, não apenas no Rio de Janeiro. Em 2006, por exemplo, a mobilização para a elaboração dos Planos Diretores¹⁰ dos municípios brasileiros envolveu os Programas Regionais da Fase que trabalham com as questões urbanas. Duas experiências foram exemplares: os municípios de Mesquita, no Rio de Janeiro e de Belterra, no Pará, Amazônia.



⁹ Um grupo de pesquisa e formação funcionando como um instituto virtual, reunindo mais de 200 pesquisadores de 51 instituições dos campos universitário (programas de pós-graduação), governamental (fundações estaduais e prefeitura) e não-governamental, sob a coordenação conjunta do IPPUR - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. Conforme site da Rede: <http://www.observatorio.tk/>

¹⁰ De acordo com o Estatuto da Cidade o Plano Diretor (PD) é um instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana e é obrigatório em municípios com mais de 20 mil habitantes ou que faça parte de outros critérios. Ele determina as diretrizes para o uso e trata do sistema municipal de planejamento e gestão que está relacionado ao compartilhamento do processo de decisão das políticas públicas municipais, entre governo e população, por meio das entidades representativas e do acesso democrático à informação. Belterra atende a um dos critérios no qual a cidade “inserida na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional” fica obrigada a elaborar e aprovar seu Plano Diretor.



Pará

O Programa Amazônia/Pará, assessorou a elaboração do **Plano Diretor Participativo de Belterra, (PDP)** uma experiência de educação popular bastante exitosa. Graças a um convênio entre a Fase e a Prefeitura Municipal e à parceria com a Universidade Federal do Pará, no Observatório de Políticas Públicas, Conhecimento e Movimentos Sociais na Amazônia (COMOVA), o acompanhamento sistemático de todo processo se deu através da assessoria na capacitação das lideranças e gestores, na construção coletiva do anteprojeto, e através da contribuição na construção do sistema municipal de planejamento e na organização e instalação do conselho municipal.

Esse processo de participação das organizações da sociedade civil no desenho e estrutura do planejamento regional do município contou com a colaboração de aproximadamente 5000 pessoas, quase um terço da população da cidade. Participaram representantes de grupos de mulheres, população urbana, juventude, indígenas, trabalhadores e trabalhadoras rurais, estudantes, parlamentares, servidores e servidoras públicos, empresários, instituições acadêmicas e de pesquisa e ONGs, o que envolveu 127 organizações sociais locais.

Partindo da premissa que a concepção de educação popular no Brasil continua viva, a Fase aposta no desenvolvimento dessa experiência que não se esgotou com a aprovação do Plano Diretor, em outubro do ano passado. Uma série de eventos, reuniões e materiais preparados para capacitação e sensibilização tanto da sociedade civil organizada em sindicatos, associações etc, como dos próprios técnicos gestores permitiram que os agentes capacitados servissem como multiplicadores na sensibilização da população. A resposta foi tão positiva que não só propiciou a elaboração e aprovação do anteprojeto e da lei municipal, como possibilitou a constituição do Conselho da Cidadania de Belterra, espaço de compartilhamento de decisões entre governo e sociedade civil para a implementação e monitoramento

do Plano Diretor.

Desde dezembro de 2006, os técnicos e técnicas do Programa Amazônia/COMOVA, junto com um conjunto de atores, vêm desenvolvendo ações que visam a construção de uma metodologia para garantir o cumprimento do Plano Diretor. Reuniões com a prefeitura e o Fórum de secretários (municipais) e atividades diversas com o Conselho da Cidadania, além da produção de material didático (cartilhas, vídeos, textos, programas de rádios, dinâmicas participativas), são utilizados na continuidade do processo educativo e participativo. Atualmente, está em andamento a implementação de outros processos complementares como parte da metodologia de acompanhamento do PDP. Um deles é a efetivação de um processo participativo em torno do orçamento público que envolve a discussão do planejamento municipal e a democratização do orçamento através de programas de capacitação de lideranças e gestores, reuniões com as comunidades urbanas e rurais, atividades de mobilização social e produção de materiais didáticos.

A implementação do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão (SIMPLAGE), um conjunto de estruturas e processos democráticos participativos que tem o objetivo de “assegurar a elaboração, a revisão, a operacionalização do planejamento e gestão municipal, de forma integrada, contínua, dinâmica e participativa”¹¹ é outra estratégia prevista no próprio Plano Diretor que precisa ser implementada ainda este ano. Para isso, toda informação organizada e produzida durante o processo de construção do PDP passou a compor o Sistema de Informações Municipais (SIM) e foi ou será divulgada através de cartilhas, jornais e/ou relatórios digitalizados ou impressos, visando a socialização das informações. Além disso, está em curso o levantamento de informações para a atualização do banco de dados por meio do Cadastro Técnico Multifinalitário (CTM) que fará parte do SIM. O Cadastro compreende as medições (parte cartográfica), a avaliação socioeconômica da população, a legislação (verifica se as leis vigentes são coerentes com a realidade regional e local) e a parte econômica, em que se deve considerar a forma mais racional de ocupação do espaço (desde a ocupação do solo de áreas rurais até o zoneamento urbano). O CTM agilizará o atendimento e disponibilização de informações para a população, além do fornecimento de materiais para auxílio no planejamento do município e ampliação de dados descritivos do Cadastro para diversos setores da administração pública. Além disso, pode potencializar o controle social por parte da população ao permitir

¹¹ PREFEITURA MUNICIPAL DE BELTERRA. Plano Diretor Participativo. 2006. p.60

discussões mais embasadas sobre os rumos do município a partir de dados reais.

Outra estratégia importante é o incentivo ao protagonismo dos segmentos de mulheres, indígenas e juventude do município. A Fase vem desenvolvendo este ano um acompanhamento específico às mulheres de Belterra com a perspectiva de promoção de seus direitos e de melhoria da qualidade de vida, sua e de suas comunidades. Como resultado desse trabalho de acompanhamento e formação política algumas mulheres já se organizaram para participar dos espaços de discussão de políticas públicas para a mulher, como o Conselho Municipal de Direitos da Mulher e a Conferência das Mulheres. “Algumas já até saíram delegadas para a Conferência estadual”, conta, orgulhosa, Graça Costa, técnica da Fase Amazônia e coordenadora do GT de gênero da Fase que trabalha com este e outros grupos de mulheres da região.



PBSD

O **Projeto Brasil Sustentável e Democrático** é uma referência no debate socioambiental que se trava hoje no país. Suas publicações e sua participação em uma variedade de fóruns, redes e outros espaços públicos tornaram conhecidos os pontos de vista que o caracterizam. Hoje, identifica-se um material formativo do PBSD por sua capacidade de integrar temáticas que em geral são tratadas separadamente. Hoje, todos percebem as relações entre, por exemplo, disponibilidade de recursos hídricos e geração de energia, ou entre monoculturas e deslocamentos populacionais, entre, enfim, desenvolvimento e meio ambiente. Contudo, quando surgiu, em meados dos anos 90, o Brasil Sustentável e Democrático tinha a preocupação de, exatamente, construir este novo e complexo conhecimento. Um processo de ampla reflexão coletiva foi o meio pelo qual esta visão mais integrada da realidade se produziu.

Para Jean Pierre Leroy, coordenador do projeto, esta opção foi uma resposta à tendência de setorializar o debate sobre desenvolvimento e meio ambiente. “Nós queríamos

mostrar que seria interessante refletir sobre essas dimensões meio ambiente e desenvolvimento de um modo que ultrapassasse o debate setorial. Queríamos educar uma visão mais sistêmica da realidade, que envolvesse suas várias dimensões. Nossa primeira condição era que devíamos aprender, e ajudar outros a aprender, que podemos, a partir da realidade de cada um, construir uma visão de conjunto, mais sistêmica e de certo modo mais holística da realidade. Para nós, a educação começava aí”.

Jean Pierre se referencia numa das primeiras publicações do projeto, o livro *Tudo ao Mesmo Tempo Agora*, para exemplificar seu ponto de vista. O livro foi feito sob a perspectiva matricial, segundo a qual os colaboradores poderiam abordar temas diferentes, mas respondendo a um mesmo elenco de perguntas. “Era um modo de dizer que se pode refletir sobre tal temática (mineração, agricultura, água, energia, floresta etc.), mas cada um ajudou a ultrapassar o tema específico. O método de construção e compreensão da realidade é, portanto, um método de educação”.

Sem dúvida, o esforço dos primeiros anos do Projeto Brasil Sustentável e Democrático contribuiu para consolidar uma visão que hoje é bastante comum, a ponto de ser mal apropriada por setores do capital com intenções de propaganda e marketing: a visão do sócio-ambiental. Era preciso afirmar que a realidade era uma só, e que atividades produtivas afetam o meio ambiente tanto quanto as populações mais pobres, para que o Brasil superasse a etapa do debate fragmentado. Hoje, estão claros os problemas sócio-ambientais surgidos de ciclos econômicos intensivos como as monoculturas de eucalipto e soja, a mineração, a pesca industrial, a grande hotelaria costeira, a agropecuária desflorestadora e outros tantos. Seus impactos estão além daquilo que afetam mais diretamente, a exemplo das alterações no regime de chuvas, no clima, na reprodução de espécies etc.

“Teve gente que achou o livro um horror, especialmente no plano acadêmico. Mas foi de propósito, para tentarmos ultrapassar a visão do especialista que discute apenas uma coisa, e com isso pôr à disposição de pessoas e organizações um material que servisse para abordar de outra maneira as políticas públicas, para questioná-las”, diz o coordenador do PBSD. De lá para cá, outros materiais surgiram, e tiveram tão boa repercussão entre movimentos sociais que, hoje, os integrantes do projeto são chamados a participar de encontros e oficinas para debater os impactos sócio-ambientais do modelo de desenvolvimento, sempre enxergando mais sobre a realidade brasileira, com a disposição de processar toda a informação nova que lhes chega para retornar à

sociedade na forma de novos conhecimentos construídos coletivamente.



SAAP

Desde 1985, o **Serviço de Análise e Apoio a Projetos** da FASE, o SAAP, contribui para a organização e consolidação de sujeitos sociais coletivos. Sua atividade específica consiste em apoiar grupos populares com recursos financeiros e acompanhá-los em sua prática política e organizativa. Mas, numa visão mais ampla, o trabalho do SAAP é mobilizar conceitos de educação popular no diálogo cotidiano com expressões políticas diretas na sociedade.

A equipe do SAAP recebe entre 400 e 500 projetos por ano. Por meio das variadas propostas que aparecem ali, compõe-se um retrato do que a parte menos favorecida da sociedade está formulando como interpretação e resposta aos problemas de sua realidade. Os projetos selecionados recebem mais do que um pequeno apoio financeiro. Com a aprovação, inicia-se uma relação de troca, na qual os grupos apresentam suas leituras da realidade, e o SAAP traz suas metodologias organizativas para a emancipação dos sujeitos sociais.

Segundo Cleia Silveira, que coordena o SAAP desde 2004, este processo de diálogo transforma o fundo num instrumento de educação para ambos os lados. “O elemento de diálogo entre o SAAP e o grupo popular é o projeto que ele nos traz. Muitas vezes levantamos questões para as quais os grupos têm as respostas, embora possam ter tido dificuldade em sistematizá-las no projeto. Mas muitas vezes nós levantamos questões que eles levam um, dois meses para responder, porque são pontos que eles passam a refletir a partir da relação conosco”, diz ela. Contudo, ela afirma que o SAAP atua sob um sentido amplo de educação. “É um viés de educação ampla, em que os lugares de educador e educando são móveis. Nós aprendemos com os grupos populares, e eles também aprendem com nosso trabalho”. Isso se dá porque, segundo a coordenadora, uma das principais tarefas do

setor é manter uma leitura atualizada e atenta sobre a realidade da organização popular brasileira. “Não podemos nos afastar da realidade, mas ela também não pode nos chegar só através de papéis. Temos que estar nos territórios e na relação direta com os grupos; é isso que nos alimenta”, diz ela.

Para realizar essa dinâmica, o SAAP está, constantemente, envolvido com o dia a dia dos grupos que apóia. E também se envolve com os que não apóia. “Muitos projetos são negados porque adquiriram o vício do chamado 'projêts'. Em vez de deixar estes grupos órfãos, nós fazemos oficinas para resgatar o sentido da palavra projetar. Projeto não é um instrumento de captação de recursos. Precisa-se de recursos para realizar um projeto, mas o projeto é aquilo que se quer mudar na sociedade, ou seja, aquilo que se projeta em termos de mudança social”, define Cleia.

O passo seguinte na assessoria aos grupos é o estímulo a sua organização em rede e o natural incremento de sua inserção política nos espaços de participação. “Trabalhamos com formação de redes. A maioria dos grupos populares que apoiamos estão em fase inicial de construção e consolidação. Normalmente, eles têm um certo grau de isolamento. Então, promovemos espaços de encontro para grupos de perfil semelhante, para que eles se conheçam e se aglutinem. Assim, o que nós fazemos é a organização desse sujeito coletivo em rede”, afirma.

Um exemplo atual é a Rede Circo do Mundo, que articula grupos de todo o Brasil que usam as técnicas e artes do circo na perspectiva educadora e integradora. “Eles eram grupos totalmente isolados e hoje são um ator político de expressão nacional”. Cleia Silveira conta que o SAAP realizou um levantamento sobre a participação dos grupos desta rede nos espaços de construção de políticas públicas (conselhos, câmaras setoriais etc.). “Nossa linha de formação de redes é também um espaço onde somos educadores e educandos, porque pelos grupos nós conseguimos não nos afastar da construção de políticas públicas”.